

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 914.563 SÃO PAULO**

**RELATOR** : **MIN. ROBERTO BARROSO**  
**RECTE.(S)** : **ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROC.(A/S)(ES)** : **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**RECDO.(A/S)** : **VANDER JOSÉ PEREIRA**  
**ADV.(A/S)** : **MAURO FERREIRA DE MELO E OUTRO(A/S)**

**DECISÃO:**

Trata-se de agravo cujo objeto é decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto contra acórdão do Colégio Recursal Central do Estado de São Paulo que reconheceu ao recorrido, policial militar, o direito ao abono de permanência.

O recurso extraordinário é inadmissível. Com efeito, para dissentir da conclusão do Tribunal de origem acerca do enquadramento normativo do abono de permanência devido aos servidores militares seria necessário rever a interpretação dada à legislação infraconstitucional pertinente, o que torna inviável o processamento do recurso extraordinário (Súmula 280/STF).

Nesse sentido, vejam-se: ARE 696.734-AgR, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma; AI 811.602-AgR, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> Cármen Lúcia, Primeira Turma; ARE 698.716-AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma; e AI 845.645-AgR, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> Rosa Weber, Primeira Turma

Diante do exposto, com base no art. 544, § 4º, II, *b*, do CPC e no art. 21, § 1º, do RI/STF, conheço do agravo e nego seguimento ao recurso extraordinário.

Publique-se.

Brasília, 14 de outubro de 2015.

**Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO**

Relator